

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.723 - CE (2018/0311874-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : RODRIGO DA SILVA SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : JOSÉ RAIMUNDO MENEZES ANDRADE - CE013189  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por RODRIGO DA SILVA SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento do HC n. 0627411-97.2018.8.06.0000.

Infere-se dos autos que o paciente foi preso por força de preventiva na Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima - CPPL1, sob a acusação da prática dos crimes tipificados no art. 157, § 2º, incisos I e II, e art. 288, ambos do Código Penal (roubo circunstanciado e associação criminosa).

A defesa impetrou *writ* perante o Tribunal de origem, pugnando pela transferência do paciente da CPPL I, para a cadeia pública de Pacoti/CE, aduzindo que são direitos básicos do indiciado estar próximo à sua família. O Tribunal Cearense não conheceu da impetração, nos termos da seguinte ementa:

**EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DO PACIENTE DA CPPL I PARA A CADEIA PÚBLICA DE PACOTI/CE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO DO PACIENTE. PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DO PLEITO. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

1. Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em face da decisão que indeferiu o pleito de transferência do paciente, preso por força de preventiva, da CASA DE PRIVAÇÃO PROVISÓRIA DE LIBERDADE AGENTE LUCIANO ANDRADE LIMA -CPPL1, para a Cadeia Pública de Pacoti/CE.

2. Em análise aos autos observa-se que não foi colacionada aos autos a decisão que indeferiu o pedido de transferência do paciente para a cadeia Pública de Pacoti/CE, o que inviabiliza a manifestação deste colegiado quanto a alegada inidoneidade da fundamentação do referido decisum.

3. Ordem não conhecida (fl. 88).

Daí a presente impetração, em que o recorrente repisa os argumentos da impetração, pleiteando, em liminar e no mérito, que lhe seja concedida a transferência da

# Superior Tribunal de Justiça

CPPL I para a Cadeia Pública Municipal de Pacoti/CE.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 124/125. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso (fls. 131/135).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o writ, não conheceu da impetração, sob os seguintes fundamentos:

*Segundo as informações do judicante primevo, está sendo apurada a autoria de outros crimes atribuídos ao grupo chefiado pelo paciente, vulgo Lourinho, que seria ligado à facção Comando Vermelho.*

*Verifica-se nos autos, que foi feito um pedido de transferência do acusado Rodrigo da Silva Santos, dirigido à Vara das Execuções Penais de Fortaleza, tendo o magistrado titular do referido Juízo declarado-se incompetente para análise do pedido de transferência.*

*A seguir, houve novo pedido ao juiz ora indicado como coator, o qual indeferiu pleito do paciente de transferência para a Comarca de Pacoti/CE; todavia, referida decisão não foi juntada aos autos, tendo o impetrante apresentado apenas o decisum do Juízo das Execuções Penais de Fortaleza, que reconheceu a incompetência para análise do pleito.*

*O habeas corpus, como se sabe, exige prova pré-constituída e, por conseguinte, não admite dilação probatória, impondo-se, para o seu conhecimento, que a petição inicial esteja acompanhada de todos os documentos necessários à demonstração do constrangimento ilegal e, portanto, à solução da controvérsia.*

*Logo, por ausência de prova pré-constituída obrigatória, resta inviável o conhecimento da presente ordem (fls. 90/91).*

Dos excertos acima transcritos, verifica-se que a matéria não foi objeto de exame no acórdão impugnado, por ausência de prova pré-constituída, tendo em vista que não foi juntado aos autos a decisão do juízo primevo que indeferiu o pleito do ora recorrente de transferência para a Comarca de Pacoti/CE, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

***PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. NULIDADES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A DROGA SE DESTINAVA AO CONSUMO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA.***

# Superior Tribunal de Justiça

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NÃO REALIZAÇÃO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. FORMAÇÃO DE NOVO TÍTULO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. NÃO APLICAÇÃO IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO NA VIA ELEITA.

**1. As alegações de nulidade em relação à busca e apreensão realizada e de ausência de laudo preliminar de constatação da droga não foram discutidas pelo Tribunal de origem por ausência de prova pré-constituída, o que impede a análise por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.**

2. A alegação de que o entorpecente se destinava ao consumo próprio também não pode ser examinada pelo Superior Tribunal de Justiça na presente via por pressupor revolvimento de fatos e provas, providência vedada no âmbito do writ e do recurso ordinário que lhe faz as vezes.

(...).

6. Na linha da jurisprudência desta Corte, é "impossível asseverar ofensa ao 'princípio da homogeneidade das medidas cautelares' em relação à possível condenação que o paciente experimentará, findo o processo que a prisão visa resguardar. Em habeas corpus não há como concluir a quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado" (RHC n. 74.203/MG, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/9/2016, DJe 27/9/2016).

7. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido (RHC 103.384/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019)

Ante o exposto, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator